

ABPCOM 2024

Bruno Lima Rocha Beaklini - pós-doutorando do PPGMC/UFF – blimarocha@gmail.com

Os dilemas da formação jornalística (ou a ausência desta) dentro das rádios comunitárias como espinha dorsal da comunicação popular

O trabalho apresentado no evento da ABPCOM 2024 é parte do projeto de pós-doutorado: **A produção de conteúdos midiáticos na radiodifusão comunitária brasileira a partir do período da ascensão reacionária:** sobre conexões, modelos, linguagens e sustentabilidade

RESUMO AMPLIADO

Este trabalho na forma de resumo ampliado é parte do projeto de pós-doutorado, submetido ao PPGMC/IACS/UFF, e toma como base epistemológica uma “pesquisa participativa” diretamente vinculada às atuações latino-americanas e ibero-americanas, engajando-se junto às ações de pesquisa da Rede de Investigação em Comunicação Comunitária, Alternativa e Participativa (RICCAP), alinhada aos estudos e intervenções promovidas nas últimas décadas pelo Grupo de Pesquisa EMERGE, coordenado pelo Professor Dr. Adílson Cabral.

A proposta da pesquisa é somar esforços analíticos entre as distintas etapas da cadeia produtiva da produção de conteúdos sonoros (geralmente transmitidos por *web streaming*) a partir dos meios de comunicação de base comunitária, alternativa ou sindical, com especial atenção ao período histórico recente. Tomamos como periodização o momento histórico que tem origem no início do segundo mandato do governo Dilma, especialmente a partir da forte reação da direita brasileira e do avançar de um projeto de comunicação unidirecional, pautado pela manipulação dos algoritmos e pela massiva presença reacionária nas redes sociais.

Tal manobra implicou ajustes e reorientação das estruturas de mídia alternativa, tanto as de base comunitária (foco desta pesquisa e sem uma política de financiamento para a função pública não estatal), como as de base alternativa (de alinhamento político à esquerda) e sindical (com perda da maior parte de sua receita após a reforma trabalhista). Um dos objetivos deste projeto de pesquisa é identificar características presentes na linguagem comunitária, com foco na grade de programação (com presença ou ausência de conteúdo jornalístico e observando se há ou não linguagem noticiosa), sustentação (com a perda de capacidade de apoio financeiro de entidades sindicais) e na gestão (estrutura verticalizada, associativa, cooperativada ou na forma de micro e pequenas empresas).

Admitimos estar diante de uma denominação conceitual ainda aberta, que busca a atualidade dos conceitos de comunicação comunitária e pública não estatal em consonância ou não com a comunicação sindical e alternativa, especialmente sob algum tipo de controle coletivo ou defesa dos direitos sociais na linha editorial. O projeto visa estudar entidades realmente existentes que produzam mídia de base comunitária, em operação no Rio de Janeiro e Grande Rio, no tempo presente. A pesquisa também visa comparar com alguns modelos de produção de conteúdos midiáticos, especificamente jornalísticos, dentro do âmbito comunitário, popular, sindical e alternativo, em pleno funcionamento no Brasil atual, com pretensão de mídia "generalista" dentro das características acima descritas.

Compreendemos o projeto e o estudo a serem desenvolvidos no espectro de iniciativas semelhantes, dentro da articulação mais ampla (acima citada) e com presença em países latino-americanos como Argentina, Chile, Colômbia e México.

Os dilemas da formação jornalística (ou a ausência desta) dentro das rádios comunitárias como espinha dorsal da comunicação popular

Entendemos que a formação popular no radiojornalismo é uma tentativa permanente de gerar adesão conceitual entre a militância que organiza e dá vida a essas entidades e a criação de um público cativo. Desse modo, por mais massificado que possa parecer um ciclo de formação, é necessário ter ao menos um militante por emissora, com capacidade de comunicação e disposição para participar de um programa de fôlego, com frequência mínima semanal. Retomando as reflexões de Laurindo Leal Filho (2016, p. 142):

Ao modelo público cabe a exibição de um conteúdo alternativo, complementar aos dois outros modelos o que também é determinado pela Constituição Federal. O problema é que muitas vezes essa complementaridade é entendida como uma forma de subordinação aos demais modelos, restando à comunicação pública oferecer conteúdos desprezados especialmente pelos meios comerciais. Não é esse o papel da comunicação pública. Ao contrário, cabe a ela oferecer conteúdos mais abrangentes do que aqueles oferecidos pela comunicação estatal e pela comercial.

As emissoras de radiodifusão comunitária, tendo ou não conquistado definitivamente a outorga pública não estatal, trazem consigo elementos de carência formativa, de estrutura, financiamento e participação que tendem a precarizar seu funcionamento diante do tipo ideal. Infelizmente, as experiências realmente existentes não refletiram algumas políticas de reconhecimento e melhoria das condições materiais de vida ocorridas entre a primeira e a segunda década do século XXI.

Assim, as dificuldades existentes no primeiro e segundo governos de Lula (parte das reflexões aqui apresentada) para afirmarmos um sistema público não estatal com protagonismo ou relevante papel da radiodifusão comunitárias, no tempo presente (terceiro governo Lula, etapa pós ascensão da extrema direita), hoje se tornam ainda maiores. Estamos diante da disputa contra as prerrogativas e barreiras à entrada dos ainda grandes conglomerados de comunicação que operam no Brasil e também com a manipulação de algoritmos em distintos ecossistemas digitais da extrema direita e setores afins, como por exemplo, na complementaridade entre as organizações de mídia devotadas para o proselitismo religioso neopentecostal e a difusão de cortes em grupos fechados de serviços de mensagens (a exemplo do que ocorre no WhatsApp).

Esta reflexão busca, assim, alinhar aquilo que identificamos como uma “evidência” quase consensuada nesta mescla de quem estuda, analisa, promove, defende e produz comunicação popular, alternativa, sindical e, preferencialmente, de base comunitária. Na tênue fronteira entre teorização normativa (de tipo ideal, do dever ser), de análise das realizações (teste das hipóteses) e pós-fato (preditiva), o trabalho visa apontar conceitos-chave e um aporte (modesto, de dentro) de caminhos que podem ser seguidos.

Todos os caminhos estão abertos, desde que as entidades tenham razoável democracia interna, que sua militância compreenda as especificidades do trabalho comunicacional (e as formas possíveis de jornalismo comunitário como parte de uma mídia popular) e use os ambientes multiplataformas e transmidiáticos como meio e não como fim em si mesmo. Este projeto de pesquisa participativa (pesquisa-ação) é parte, portanto, desta longa jornada que propõe um aporte neste esforço coletivo.

REFERÊNCIAS

BARRANQUERO-CARRETERO, A; SAÉZ-BAEZA, C. Comunicación y buen vivir: La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. Madrid, Palabra Clave, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/649/64933878003.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BEAKLINI, Bruno; SANTOS, Anderson David. Las radios comunitarias en el contexto de la elección de la norma digital en Brasil. **Quórum Académico**, vol. 10, nº 1, enero-junio 2013. P. 87-105.

BRITTOS, Valério Cruz; BEAKLINI, Bruno Lima Rocha; NAZÁRIO, Paola Madeira. Tomando posição: uma análise da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.4, n.4, p.45-54, nov. 2010.

CABRAL FILHO, A. V. Radiodifusão comunitária aberta: um território em disputa. **Eptic On-Line (UFS)**. , v.20, p.26 - 40, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitic/article/view/10771>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CABRAL, Adilson. Comunicação pós-massiva de massa. *In Alceu*, v.21, n.45, p.92-109, 2021. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/75/260>. Acesso em 10 fev. 2024.

CARVALHO, Marcus Aurélio. Rádios Comunitárias em crise existencial: linguagem e afetos na era do ouvinte comunicador. Niterói - Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Mídia e Cotidiano. 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/8159>. Acesso em 12 fev. 2024.

LEAL FILHO, Laurindo. A comunicação pública no Brasil *In SOBRE A MÍDIA QUE QUEREMOS: Direitos Humanos e Comunicação Pública*. MORAES FILHO, Ivan & DA SILVA, Juliano Domingues (org). Direitos Humanos & Democracia. Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 2016. Disponível em: https://abcpública.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Sobre_a_midia_que_queremos.pdf. Acesso em 10 fev. 2024.

LEAL FILHO, Laurindo. O breve período da Comunicação Pública no Brasil: história, golpes e lições. *In Direito e Cidadania em foco*. Recife, UFPE, 2022. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/4320015/4459873/DCF+Artigo+06.pdf/854f6f00-0d7c-49a2-a707-48032c5869cf>. Acesso em 12 fev. 2024.

LUZ, Dioclécio. Radiojornalismo nas rádios comunitárias: conceitos e práticas. Brasília, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/8584/1/2011_Dioclecio%20Ferreira%20da%20Luz.pdf. Acesso em 12 fev. 2024.

MEDEIROS, Eduardo Luis Mathias. Implantação de rádio comunitária em assentamento do MST como prática de educação popular. São Paulo, revista **Alterjor**, Ano 04, Volume 01, Edição 07. Janeiro-Junho 2013.